

I CONGRESO DERECHO TRANSNACIONAL (CONDITRANS)

Desafios y perspectivas en la contemporaneidade

21 y 22 de abril de 2016

Faculdade de Derecho Universidad de Salamanca

**A livre circulação de serviços e o comércio electrónico na sociedade da informação –
em busca de um novo paradigma empresarial**

**The free movement of services and electronic commerce in the information society –
towards a new business paradigm**

Fernanda REBELO*

Resumo: No presente estudo analisamos a temática da livre prestação de serviços e do comércio electrónico na sociedade da informação, em especial, o problema da lei aplicável aos “serviços da sociedade da informação” e o impacto dos “contratos electrónicos transnacionais” na *praxis* empresarial. No escrutínio dos problemas a tratar teremos em conta, além da análise integrada das bases normativas e jurisprudenciais, as conclusões obtidas a partir de *dados empíricos* da observação dos modelos de comportamento das empresas e dos consumidores, relativamente às transações que efetuam além-fronteiras. Quanto à livre circulação de serviços, duas teorias antagónicas procuram dar resposta ao problema da determinação da lei aplicável aos serviços da sociedade da informação: uma teoria assenta no *princípio do controlo no destino*; a outra teoria defende o *princípio do controlo do país de origem*. Concluímos que foi adotado este segundo princípio por ser mais consentâneo com o objetivo do desenvolvimento do comércio electrónico nas transações transnacionais. Porém, a rigidez do regime resultante da aplicação de tal princípio é, felizmente, atenuada através de certas derrogações legais tendo em vista a proteção do consumidor. Quanto aos contratos electrónicos transnacionais, estes são, a nosso ver, um veículo privilegiado e indispensável para a eliminação das barreiras comerciais que ainda subsistem entre os Estados, e podem constituir uma “ferramenta estratégica para a definição

* Doutora em Direito pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique e Professora Auxiliar da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (áreas: Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Comercial e Direito das Sociedades); investigadora do IJP - Instituto Jurídico Portucalense/*Portucalense Institute for legal Research*; Coordenadora-Ajunta do Grupo de Trabalho “ Capital, Labour, Tax and Trade”; Editora-Adjunta da Revista Jurídica Portucalense/*Portucalense Law Review*. (fmnr@sapo.pt)

dos processos de negócios”, posicionando-se efetivamente rumo a um novo “paradigma empresarial”.

Palavras-Chave: livre circulação de serviços; contratos transnacionais; regulação do comércio electrónico; sociedade da informação

Abstract: In this work we treat the issue of freedom to provide services and electronic commerce in the information society, in particular the issue of the law applicable to the "information society services" and the impact of "transnational electronic contracts" in the business praxis. Intending to give the present study also an empirical aspect, the scrutiny of the problems to be addressed we took into account, in addition to the integrated analysis of regulatory and jurisprudential bases, the conclusions obtained from empirical data observing the behavior patterns of businesses and consumers, in respect of transactions that perform across borders. About free movement of services, two opposing theories seek to address the problem of determining the law applicable to the services of the information society: a theory based on the principle of control at the destination; another theory is the principle of control of the country. We conclude that this second principle was adopted to be more consistent with the purpose of development of electronic commerce in cross-border transactions. However, the rigidity of the regime application of this principle is fortunately mitigated through certain legal exemptions with a view to consumer protection. As for transnational electronic contracts, these are, in our view, a privileged and indispensable vehicle for the elimination of trade barriers that still exist between the States, and may constitute a "strategic tool for defining business processes", positioning itself effectively towards a new "business paradigm."

Keywords: free movement of services; international contracts; regulation of electronic commerce; Information Society